

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 116.609 - MG (2019/0238912-4)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : MATHEUS AUGUSTO ARAUJO DE SOUZA (PRESO)
ADVOGADA : FERNANDA DRUMMOND ALVES DINIZ - MG118328
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EMENTA

RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO CAUTELAR. SUPERVENIENTE ALVARÁ DE SOLTURA EXPEDIDO NA ORIGEM. PERDA DO OBJETO.

Recurso em *habeas corpus* prejudicado.

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por **Matheus Augusto Araujo de Souza** contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (HC n. 1.0000.19.083379-8/000).

Narra o auto de prisão em flagrante delito que a polícia militar recebeu informação anônima de intenso tráfico de drogas na "boca do dingo" e após intenso patrulhamento abordaram o flagranteado localizando no bolso do mesmo R\$127,50 (cento e vinte e sete reais e cinquenta centavos) em cédulas diversas e no interior da bolsa que trazia consigo pequenos tabletes de substância análoga a maconha, além de duas balanças de precisão e diversos saquinhos de "chup-chup" e ainda, após busca da residência do flagranteado, foi encontrado um pequeno tablete de maconha, R\$ 319,00 (trezentos e dezenove reais) e um rádio transceptor da marca Baofeng, sintonizado na frequência da PMMG (fl. 23) – Processo n. 0036563-47.2019.8.13.0209 (Vara Criminal da comarca de Curvelo/MG).

Em sede de audiência de custódia, a prisão em flagrante foi convertida em prisão preventiva, aos seguintes fundamentos (fl. 49):

[...]

O *fumus comissi delicti* está evidenciado na situação de flagrância narrada pelo condutor da prisão em flagrante e pelas testemunhas ouvidas, além do laudo de constatação preliminar.

Já o *periculum libertatis* reside na necessidade de manutenção da ordem pública, pois o *modus operandi* da conduta do conduzido revela manifesta periculosidade.

Diante desse quadro fático, a soltura imediata do conduzido representa risco à ordem pública, de forma que a constrição cautelar dele deve perdurar, não sendo suficientes outras medidas cautelares previstas na legislação processual de regência.

Superior Tribunal de Justiça

Insta salientar que a ordem pública que se pretende resguardar está relacionada ao "risco ponderável da repetição da ação delituosa objeto do processo, acompanhado do exame acerca da gravidade do fato e de sua repercussão" (OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. Curso de Processo Penal. 15ª edição. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2011. p.549).

Nos termos da jurisprudência do STF "*a decretação da custódia preventiva para garantia da ordem pública, por conveniência da instrução criminal e para assegurar a aplicação da lei penal justifica-se ante a gravidade in concreto do crime e a fundada probabilidade de reiteração na prática criminosa.*" (HC 122370, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 19/08/2014, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-176 DIVULG 10-09-2014 PUBLIC 11-09-2014).

Logo, imperativo se faz a segregação da liberdade do autuado, uma vez que presentes os pressupostos e fundamentos estipulados nos artigos 311, 312 e 313 do CPP.

Diante do exposto, **DECRETO A PRISÃO PREVENTIVA** de **MATHEUS AUGUSTO ARAUJO DE SOUZA**, com fulcro no art. 310, II, c/c os artigos 312 e 313 do CPP.

[...]

Inconformada, a defesa do recorrente impetrou *habeas corpus* no Tribunal de Justiça local, sendo a ordem denegada, aos seguintes fundamentos (fls. 69/71 – grifo nosso):

[...]

Em que pese o inconformismo da defesa, não vejo como acolher a pretensão liberatória, pois, ainda que a quantidade de droga apreendida não possa ser tida como das mais elevadas, as circunstâncias fáticas do caso concreto sugerem um envolvimento mais profundo e habitual com a famigerada traficância, o que, ao certo, eleva o desvalor da conduta, além de revelar a concreta periculosidade do agente.

Depreende-se do relato do condutor do flagrante que o paciente é indivíduo conhecido do meio policial por seu envolvimento com o tráfico de drogas e seria o atual "gerente" da boca de fumo do "Dingo", tendo sido preso uma semana antes dos fatos ora apurados por prática delitiva idêntica (autos nº 0035680-03.2019.8.13.0209). Ao que consta, na oportunidade foi beneficiado com liberdade provisória cumulada com medidas alternativas, conforme FAC e andamento processual consultado pelo portal eletrônico deste e. Tribunal.

Ora, a par de demonstrar o completo descaso pela Justiça, o comportamento do paciente revela sua Inclinação à prática delitiva, de modo que a prisão cautelar se mostra a medida mais acertada para impedir a reiteração criminosa e preservar a paz social, visto que, a princípio, medidas mais brandas não se revelaram suficientes para afastar o autuado da criminalidade.

[...]

Logo, ainda que a prisão provisória seja uma medida extrema, é certo que em casos excepcionais, como o dos autos, a ordem pública prevalece sobre liberdade individual, afastando o alegado constrangimento ilegal do paciente.

Desse modo, embora se trate de agente primário, forçoso reconhecer que a decisão combatida revelou-se correta frente ao disposto nos artigos 312 e 313 do Código de Processo Penal, valendo lembrar que a soma do *quantum* de pena máxima abstrata prevista para os delitos imputados ao paciente ultrapassa a 04

Superior Tribunal de Justiça

(quatro) anos.

Não se olvide, ademais, que a existência de condições pessoais favoráveis, por si só, não é suficiente para elidir a prisão preventiva, máxime quando atendidos os requisitos e pressupostos autorizadores da medida constritiva, como ocorre *in casu*.

Inviável, pois, o pleito liberatório do paciente.

[...]

Ainda irresignada, a defesa interpôs o presente recurso, no qual reiterou a tese de que a decisão que decretou a prisão carece de fundamentação idônea.

Pugnou, assim, em liminar e no mérito, pela revogação da prisão.

A liminar foi julgada prejudicada (fls. 105/107).

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pela manutenção da decisão impugnada (fls. 112/117).

Os autos foram distribuídos a mim, por prevenção do HC n. 525.300/MG (fl. 104).

É o relatório.

O presente recurso perdeu o objeto.

Isso porque, diante das informações colhidas no portal eletrônico do Tribunal local acerca do andamento da Ação Penal n. 0039930.79.2019.8.13.0209, nota-se que, em 8/10/2019, foi expedido alvará de soltura em favor do recorrente.

Ante o exposto, **julgo prejudicado** o recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília, 09 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator